

PREFÁCIO

Num mundo em ebulição, problemático, persistem mosaicos territoriais dinâmicos e multifacetados, como o europeu. Na realidade, as potencialidades aí existentes sustentam estratégias que possibilitam um progressivo desenvolvimento, inteligente e inclusivo, superando, tendencialmente, a histórica prevalência dos interesses económicos e comerciais. De facto, institucionalizam-se outras abordagens, como a ambiental e a sociocultural, valorizando-se a preservação das paisagens ou do património e numa ótica cada vez mais conjugada com a revitalização dos quadros sociais.

Este último parâmetro, porém, necessita de ser mais explorado, já que se intensificam os fluxos migratórios e se avolumam as desigualdades sociais, enquanto se reacendem antagonismos de carácter diverso. Urge, pois, incrementar a solidariedade e a responsabilidade, realçando a matriz humana nas estratégias políticas, independentemente de serem públicas ou privadas. Por outro lado, há igualmente que implementar convergências e intentar as renegociações de conflitos bélicos, por exemplo, já que estes se encontram na base dos contínuos fluxos demográficos, até porque, após acesas rejeições, estes contingentes começam a ser encarados também como oportunidades de um rejuvenescimento estrutural da população europeia.

Por seu turno, é também inquestionável a contínua degradação ambiental, assistindo-se à destruição de cenários que constituem o sustentáculo da vida humana, ao sofrerem uma progressiva mutação/destruição, reflexo, entre outros aspetos, das alterações climáticas, ou seja, da intervenção humana. Esta problemática tem sido abordada a diferentes escalas, já que a sustentabilidade dos ecossistemas, das culturas e tradições, do distintivo, tem de ser observada a diferentes níveis, iniciando-se no âmbito local e continuando no espaço europeu, até se atingir o global. Tal desiderato, contudo, implica a convergência das políticas mundiais e o privilegiar das estratégias ambientais e sociais.

Há, pois, que encarar estas problemáticas, mas numa perspetiva indissociável de um desenvolvimento responsável, equilibrado, num invólucro que facilite a preservação da diversidade ecológica, económica, cultural, religiosa e política. Tal dinamismo deve florescer num quadro inovador, valorizando, por exemplo, uma economia circular, ou uma bioeconomia, enquanto se apoia em meios digitais, ou no aumento da literacia e da formação. Assim se aumentará também a eficiência dos recursos endógenos, sobretudo quando se aposta num desenvolvimento sustentável, inclusivo, inovador e inteligente, ou seja, na coesão territorial.

Enquanto este objetivo não se atinge, há, porém, que continuar a refletir sobre estes temas, sem ignorar a sua complexidade e diversidade, correlacionando o espaço europeu com outros espaços, como os lusófonos, com realce do brasileiro, com o qual se sucedem os projetos catalisadores comuns. Assim, através desta edição de “Grandes Problemáticas do Espaço Europeu”, e na continuidade dos anteriores volumes, prossegue-se a abordagem de distintos, mas incisivos problemas, sempre em contexto multidisciplinar e interuniversitário, já que participam neste projeto autores de renome de diversos países, que apresentam novas leituras das dinâmicas locais, mas também das regionais, ou mesmo das nacionais e mundiais, afinal, a única forma de intensificar uma efetiva coesão e revitalização holística, generalizada.

Paulatinamente, perspectiva-se a implementação dos “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável” defendidos pela ONU, abarcando vertentes tão diversas como as alterações climáticas e as desigualdades económicas e sociais, ou ainda a inovação e o desenvolvimento tecnológico, num redirecionar estratégico das economias para a sustentabilidade e num quadro onde a paz e a justiça também pontuem. Afigura-se, pois, imperativa, a divulgação destes estudos, pela edição de 2018 de “Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Para tal objetivo, e dada a multiplicidade de questões existentes, visíveis a diferentes escalas e com distintas cambiantes, dividimos esta obra em quatro partes.

Perante estes pressupostos, começamos pela apresentação de estudos que privilegiam a vertente social, intitulado-se a primeira parte “Sociedade, Cultura e Educação”. Pelas temáticas apresentadas, fácil é constatar que, embora as apostas estratégicas de cariz social pontuem em diferentes locais do globo e se valorizem progressivamente, os obstáculos também persistem, fundamentando, por exemplo, manifestações públicas, protestos diversos, como refere Célia Taborda Silva para o caso português, mas também a resiliência, a importância da vizinhança, da criação e preservação de laços de solidariedade que melhorem o quadro social e que ultrapassem diferenças culturais, ou criem estratégias integradoras, como explana Laura Sakaja, para Zagreb (Croácia).

Por outro lado, a formação e a informação são muito importantes, mas associadas a uma nova realidade educativa, inclusiva, para além de multidisciplinar, como se constata no espaço europeu. Obviamente, cada país membro mantém as suas especificidades culturais, mas, entretanto, uniformizam-se conteúdos programáticos, como se observa em termos educacionais e foi explorado por Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova para o ensino secundário na Bulgária. O intensificar da vertente pedagógica tem, efetivamente, um impacte indesmentível, pois prepara, de uma forma mais coerente e fundamentada, a abordagem dos problemas sociais e económicos, ou ainda os culturais que favorecem a inclusão social e sem ignorar estratos sociais antes preteridos. Assim se aposta na mitigação de carências educacionais e sociais, na coesão territorial, no ordenamento do território, enquanto se induz os mais jovens à análise destas problemáticas a distintas escalas, como evidencia Paulo Lemos (em co-autoria), numa experiência escolar que incidiu sobre a cidade do Porto. Aliás, este mesmo autor (sempre em co-autoria) realça esta perspectiva, a didática, mas adicionando-lhe o desenvolvimento sustentável, a importância da intervenção antrópica e os seus reflexos.

A vertente social é de facto impactante, designadamente através das migrações, tema abordado por Ileana Constantinescu e Adriana Motatu, fixando-se no quadro romeno e alertando para os seus reflexos e para o acentuar de um cenário preocupante em mutação. A esta perspectiva adiciona-se uma ótica mais intimista, experiencial, como sucede no caso português realçado por Roseli Boschilia e Maria Natália Ramos, que privilegiam os reflexos das migrações quer nos locais de origem, quer naqueles que acolhem os emigrantes.

Indiscutivelmente, a perspectiva antes prevalecente, que ressaltava o meio ambiente como grande condicionador da intervenção humana, foi sendo substituída pela dominante económica, onde o capital manipulava a situação e coordenava o desenvolvimento mundial. Felizmente, embora de uma forma ainda embrionária e sujeita a acesas interferências de âmbito económico, a vertente social e a cultural avolumam-se, numa tentativa de mitigar, de reduzir as desigualdades sociais e a falta de coesão territorial.

Assim se descortina alguma revitalização do local, do distintivo, da cultura nas suas múltiplas facetas, como o demonstram Diogo Miguel Pinto e Célia Figueiras, realçando o caso das bandas filarmónicas, o seu contributo na criação/preservação da identidade local.

Mas não é só a vertente sócio-cultural que é privilegiada na presente publicação, apesar de corresponder a um dos fatores que induzem a um desenvolvimento sustentável, responsável, que conjuga a tradição e a inovação. Tal fica patente na segunda parte deste volume designada “Património, Turismo e Desenvolvimento”. Tendo por base oito perspetivas bem diferenciadas, é notório que as especificidades endógenas têm de ser responsabilmente dinamizadas, mas também preservadas e numa ótica conjuntural, holística, já que as componentes a integrar são múltiplas, sobretudo quando se valoriza o turismo como motor da revitalização/ desenvolvimento local. É o que sucede com recursos naturais como o salmão, sobretudo em áreas piscatórias onde é evidente a conjugação de dinâmicas distintas, mas complementares, que interferem na evolução de um setor económico e, por consequência, num espaço típico, como refere Mary Cawley (Galway, Irlanda); ou o património arquitetónico e, de modo muito especial, o religioso que, provavelmente, se degradaria de forma irreversível, se não adquirisse uma nova função, a turística, como sucede na Bulgária. Este tema foi explorado por Athanas Dermendzhiev e Martin Doykov, ou ainda por Slavi Dimitrov. De facto, as potencialidades deste setor são inúmeras, se bem que, realisticamente, se devam considerar também os impactes por vezes ambivalentes que surgem, como referem María Dolores Sanchez Fernández (em co-autoria), explorando um caso exemplificativo uruguaio.

Este património, numa perspetiva local, ou mais abrangente em termos territoriais, encerra muita história, uma evolução por vezes muito acidentada, mas que o turista apreende e explora, bem como os estudiosos, como referem Manuel Joaquim Rocha e Nuno Ferreira, quando abordam a urbanização do Campo do Cirne (Porto), no século XIX.

Concomitantemente, avolumam-se os problemas nos espaços rurais, sobretudo nos mais periféricos. Todavia, também aí a aposta estratégica revitalizadora, com frequência, assenta no turismo. E se, nos casos mais problemáticos, o abandono e a degradação já imperam, noutros, designadamente nos espaços vitícolas de qualidade, o cenário é bem distinto. Com efeito, o enoturismo, numa perspetiva multifacetada e agregadora, é de modo inquestionável um fator de desenvolvimento, como ficou patente no caso da Região Demarcada do Douro, estudado por Isabel Borges. Aliás, o vinho e a vinha, as paisagens vinhateiras na sua diversidade conjugam de uma forma indelével a cultura com os quadros sociais e a respetiva evolução ao longo da história, para além de facilitarem a sociabilidade, como refere Ana Maria Binet e, neste exemplo, recuando ao século XIX, pois tem como referência a obra de Eça de Queiroz. A esta perspetiva reúne-se António Barros Cardoso, quando realça como o “diferente”, neste caso os vinhos verdes, de uma bebida de autoconsumo, sem grandes referências, se foi impondo na Europa, no mundo, reflexo da aposta na inovação, na qualidade e tendo sempre como sustentáculo as castas viníferas regionais, autóctones e a vertente social.

Embora a perspetiva *bottom-up* sobressaia cada vez mais, dadas as suas virtualidades e recetividade por parte dos autóctones e dos governantes, para a exequibilidade de múltiplos projetos é também inquestionável que, o efetivo desenvolvimento local e regional, assenta na coordenação dos diversificados e complexos atores / fatores interagentes, sem ignorar o cultural, a história local e a

arquitetura, para além do enológico e do gastronómico, ou ainda do paisagístico e do económico-político. Todos têm de ser visualizados de uma forma conjuntural, responsável, pois o futuro não se constrói ignorando as raízes culturais e históricas, de facto diferenciadoras. Tais diretrizes sobressaem na terceira parte desta obra, intitulada “Economia e Desenvolvimento do Território”.

Perante as multifacetadas hipóteses de abordagem deste parâmetro, o desenvolvimento territorial, começamos por explorar aspetos incisivos, como os que se relacionam com a política fiscal da União Europeia (Glória Teixeira e Marlene Carvalho), valorizando os seus reflexos no ordenamento do território e nas dinâmicas regionais e nacionais, mas também incluímos outras releituras, como as associadas à importância atual das fronteiras, aspeto evidenciado por João Luís Fernandes. O mesmo sucede com as organizações coletivas de âmbito socioeconómico e, desta feita, no Brasil. A diversidade, estrutura e orgânica destas instituições são múltiplas e, por isso, é obrigatório reter que nem sempre são consensuais e agregadoras, pois têm reflexos diferenciados e, por vezes, díspares, nomeadamente em termos sociais, já que, num cenário muito difícil, a convivência entre a resiliência, a resistência à inovação/transformação e a adaptação a novas realidades organizativas são um facto.

Por seu lado, a aposta na economia sustentável é também inquestionável neste volume, sucedendo-se os casos exemplificativos, mas onde a diversidade e a complexidade persistem. Assim, surgem cada vez com maior acuidade as referências à “economia circular” e à sua sustentabilidade, como refere Ana Coelho, se bem que envolta, por vezes, em “confusões lexicais”, ou à multifuncionalidade das paisagens e das explorações agrícolas, de facto uma estratégia de desenvolvimento, aqui explorada para o caso de Baião (norte de Portugal) por Ana Rita Ferreira e Helena Pina. E como ignorar outras componentes, em revalorização nos quadros regionais e locais, como as águas minerais e a necessidade de adaptação das políticas conexas, mas também do quadro jurídico, como se confirma quando nos debruçamos sobre o setor dos aquíferos no Brasil, aqui comparado com o existente no espaço comunitário europeu por Lúcio Carramillo Caetano (em co-autoria)?

Outra componente impactante no desenvolvimento e reestruturação territorial incide sobre os transportes e as acessibilidades. Assim surge o trabalho de Francisco Rocha e Maria da Conceição Ramos, através do qual se analisam modelos de gestão dos transportes públicos urbanos. Em síntese, a multiplicidade de interferências territoriais, a diversidade de abordagens, ou mesmo a explanação dos diferentes impactes na economia e na sociedade são de facto indeléveis e polifacetados. Daí, a acuidade destes estudos.

Perante esta panóplia de componentes espaciais, e ainda que realçando as de âmbito social, a dificuldade é a tónica, sobretudo quando se tem em mente um cenário tendencialmente sustentável. Neste contexto, é indisfarçável também a ascendência da vertente ambiental. Apoiada em políticas já com historial, viram-se reforçadas, e à escala global, pelas Nações Unidas nas sucessivas conferências sobre esta temática, nomeadamente a concretizada no Rio de Janeiro em 2012, aqui explorada por Leandro Dias Oliveira, ao questionar sobretudo as efetivas consequências destas iniciativas, os reflexos deste evento.

Os cenários paisagísticos, por seu lado, alteram-se também sob pressões multifacetadas que se repercutem a diferentes escalas. Neste contexto, surgem mesmo adaptações didáticas na sua abordagem, como referem José António Aldrey Vázquez e Daniel Del Rio Franqueira, sobre o estudo

das paisagens, ou ainda o crescente realce da recuperação e preservação das heranças geomorfológicas, nomeadamente na Galiza (Manuela Costa-Casais, em co-autoria). São, efetivamente, componentes a valorizar também.

Apesar dos exemplos anteriores onde a preservação / revitalização do património natural é irrefutável, dado o seu valor intrínseco, os problemas sucedem-se, como os casos apresentados evidenciam, já que se complexificam e avolumam os riscos de âmbito natural (ou antrópico?). Tal cenário confirma-se em múltiplas paisagens culturais, decorrentes, por exemplo, da lixiviação destes espaços, como evidenciam Mécia Mota, José Vieira e António Calheiros, ou das condicionantes que fundamentaram a avalanche de Rigopiano (Fantina Tedim e Vittorio Leone), ou ainda dos incêndios florestais em Arouca, Portugal (Fernando Correia), e da necessidade de maiores apostas na formação, na prevenção. Felizmente, os setores técnicos, por um lado, e os políticos por outro, progressivamente, tomam consciência destes factos, da necessidade de alterações estratégicas, de uma governância colaborante e abrangente, que minimize estas ocorrências, estes desastres, nomeadamente os hidrológicos, como referem também Alexandre Luís Vázquez-Rodríguez ou Dominic Royé (este autor, em co-autoria).

São múltiplas, de facto, as problemáticas que incidem no espaço europeu, privilegiado neste volume, mas sem minimizar a relevância de outros espaços dispersos pelo globo e que, em múltiplas circunstâncias, apresentam um cariz ainda mais grave, mais incisivo e com consequências sociais e económicas, culturais e ecológicas mais graves e, provavelmente, irreversíveis. Urge, pois, de forma inquestionável, analisar as distintas componentes territoriais de uma forma científica, mas também propositiva, para além de prospetiva e sustentável, a única metodologia que proporcionará a continuidade, a preservação do espaço global.

Com esta obra, só concretizada dada a colaboração de tantos especialistas oriundos de distintas origens geográficas e de múltiplas áreas científicas, esperamos contribuir para este desiderato, disponibilizando dados informativos / formativos que proporcionem o despertar efetivo de todos os estratos sociais para as grandes problemáticas que incidem à escala global, cada vez mais incisivas e devastadoras. Ainda há tempo para a sua reversão, como os exemplos aqui apresentados demonstram.

Helena Pina
dezembro de 2018



